

## **Implantação e declínio do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) no IFRN**

Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques<sup>1</sup>

Fabio marques de Oliveira Neto<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo pretende demonstrar os motivos que levaram à implantação e ao declínio do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Abordaremos o percurso do programa, levando em consideração a sua função e as razões políticas e institucionais as quais levaram a criação e contribuíram para o declive do PROEJA, o qual se encontra em visível derrocada. Faremos uma análise bibliográfica sobre o tema abordado, verificaremos a legislação vigente referente ao PROEJA, e por fim, demonstraremos as pesquisas existentes no Portal de Periódicos da Capes acerca do tema da pesquisa, utilizando uma abordagem qualitativa. Conclui-se, com as leituras realizadas, que embora a criação do programa tenha sido efetuada com grande entusiasmo e expectativas, a empolgação da sua implantação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte foi perdendo fôlego no decorrer dos anos, culminando para o estado residual que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos se encontra atualmente na referida Instituição Federal.

**Palavras-chave:** PROEJA. Implantação. Declínio.

### **Implementation, ascendance and decline of PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) at IFRN**

### **Abstract**

The main purpose of this article is to demonstrate the reasons that led to the implementation and decline of PROEJA at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. The path of the program will be analyzed, considering its functions and the political and institutional motives that led to its creation and almost led it to an end, guiding it to the current declining. A bibliographical analysis of the theme will be produced, the laws related to PROEJA will be considered and finally the state of the art will be revealed though the

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN).

<sup>2</sup> Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN).

researches published on Portal de Periódicos da Capes, resulting in a qualitative research. In conclusion, although the creation of the program have registered great enthusiasm and expectation this feeling decreased over the years at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte leading to the current state of decline of the Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos at the Federal Institution.

**Key-words:** PROEJA. Implementation. Decline.

## 1. Introdução

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) foi instituído pelo Decreto 5.840, de 23 de julho de 2006, assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O mencionado programa tem uma significativa nobreza na sua função, pois tem como precípua finalidade oferecer para aqueles que não concluíram, ou sequer frequentaram a escola, na época ou mesmo na idade dita “regular”, cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi pensando com grande entusiasmo pelo Governo Federal e gerou um sopro de esperança para aquelas instituições que viam no programa a oportunidade de reparar uma ausência estatal para com aqueles que não tiveram a oportunidade de iniciar ou mesmo concluir seus estudos. Após a assinatura do Decreto 5.840/2006, houve certa empolgação no âmbito das instituições federais para efetivar o programa, inclusive no Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Com o presente artigo, objetivamos demonstrar que as ações iniciais para a implantação do PROEJA no IFRN começaram a partir de 2005, porém foi com o advento do Decreto 5.840/2006 que o programa se consolidou na Instituição. Dos 20 (vinte) *campi* existentes atualmente no Estado do Rio Grande do Norte, quase todos já ofertaram o programa, com exceção de poucos, como por exemplo: o Campus Central, que nunca o teve. Porém, apesar da grande oferta inicial, com o passar dos anos houve uma diminuição significativa de cursos e de *campi* que ofereciam o PROEJA.

Por fim, também temos como objetivo, identificar as pesquisas existentes no Portal de Periódicos da Capes acerca da temática trabalhada. Analisaremos os estudos realizados do ano de 2016 até meados de 2018. Definimos o lapso temporal da pesquisa levando em consideração que o Decreto 5.840/2006, que criou o PROEJA, completou dez anos de existência em 2016. Com a pesquisa, propomos problematizar a importância do programa e os motivos que levaram a sua criação, como também demonstrar as razões que contribuíram para o seu declínio. Logo, este estudo busca contribuir para o entendimento do percurso do PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, bem como para as pesquisas existentes sobre o mesmo.

## 2. Percurso metodológico

Levando em consideração os objetivos já mencionados acima, utilizamos a pesquisa bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa. O método para explorar a temática tratada nesse artigo tem como referencial as bibliografias existentes acerca do tema e as leis que regem a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Inicialmente, recorreremos ao estudo bibliográfico, tendo como embasamento teórico Rodrigues (2007), o qual define pesquisa bibliográfica como:

Pesquisa bibliográfica é a pesquisa limitada à busca de informações em livros e outros meios de publicação. É o oposto da pesquisa de campo, distinguindo-se também e igualmente por oposição da pesquisa *in vitro*. Geralmente a pesquisa bibliográfica integra o âmbito da pesquisa *ex-post-facto*, pelo simples fato de que os livros e artigos de revista ou periódico qualquer tratam, via de regra, de fatos consumados, não sendo habitual a pesquisa bibliográfica baseada em leitura do tipo futurologia. Pelo mesmo motivo, a pesquisa bibliográfica não pode ser experimental, porque não pode provocar fenômenos, embora possa versar sobre pesquisa experimental, porque os livros podem tratar deste tema (RODRIGUES, 2007, p. 43).

Já as pesquisas qualitativas são aquelas em que o aspecto quantitativo não é a sua preocupação precípua, elas se valem da razão discursiva. Minayo (2014), sobre o método qualitativo, destaca que:

É o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões,

produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2014, p. 57).

Fizemos também uma investigação sobre a existência de dissertações no catálogo de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) acerca das produções de conhecimentos sobre a implantação e declínio do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) no IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), levando em consideração do ano de 2016 até meados de 2018.

Ao pesquisar o tema na Capes, utilizamos os conectores “PROEJA”, “PROEJA implantação” e “PROEJA declínio”, todos com aspas. A pesquisa foi realizada no dia 1º de agosto de 2018 e identificamos a produção de 87 teses e dissertações no total, sendo 62 teses e 24 dissertações relacionadas com o conector “PROEJA”, 1 dissertação em resposta ao conector “implantação PROEJA”, e nenhuma tese nem dissertação relativos ao conector “declínio PROEJA”, todos levando em consideração o período de 2016 a meados de 2018.

Por fim, nos resultados dessa investigação, demonstraremos de maneira geral o teor desses trabalhos e suas contribuições para o estudo do PROEJA (O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

### **3. Implantação do PROEJA**

O PROEJA foi originalmente instituído pelo Decreto 5.478, de 24 de junho 2005, inicialmente denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e tendo como base de atuação somente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Após o Decreto 5.840/2006 o referido programa passou a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e teve a sua atuação ampliada e

seus princípios pedagógicos aprofundados. De acordo com o art.1º do Decreto 5.840/2006:

Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I-formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II-educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2006).

O programa mencionado acima foi criado com o intuito de ofertar cursos de Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional, com o objetivo precípuo de tentar reparar a ausência estatal e oferecer oportunidade para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular. Um dos desafios do PROEJA é integrar três campos de educação que historicamente não estão próximos, quais sejam: a formação profissional técnica de nível médio, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Para Baracho e Silva (2007):

Com o objetivo de oferecer aos jovens e adultos trabalhadores a oportunidade de escolarização que alie a educação básica em nível médio e a educação profissional, o PROEJA viabiliza uma ampliação na qualidade da educação básica, por considerar-se uma política de educação inclusiva, na medida em que solicita e até obriga, principalmente, as Escolas Federais do Ensino Tecnológico a ofertarem vagas para o trabalhador adulto (BARACHO; SILVA, 2007, p. 53).

Segundo Baracho, Henrique e Carvalho Neto (2013), as primeiras ações relacionadas com o PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) se deu em 2005 com o processo de implantação do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos de nível médio (EMI) com ofertas de cursos para adolescentes e adultos.

Para a implantação do PROEJA foram realizadas diversas ações, como: financiamentos para a abertura de cursos, elaboração de documentos tendo como base o Decreto de criação, oferta de cursos de formação continuada para profissionais da educação, cursos de pós-graduação *stricto sensu* para os professores do programa e incrementação da assistência estudantil da Rede Federal para o atendimento de jovens e adultos matriculados no programa. Ele chegou ao

IFRN com a prerrogativa de abranger cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. As vagas destinadas ao PROEJA correspondiam ao mínimo de dez por cento do total de vagas de ingressos no Instituto, tendo como referência quantitativa o número de vagas do ano anterior.

Os cursos destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, tinham como carga horária mínima, mil e quatrocentas horas, já os cursos de educação profissional técnica de nível médio tinham a carga horária de duas mil e quatrocentas horas. A implantação do PROEJA no IFRN observou as diretrizes existentes no Decreto 5.840/2006, o qual afirma em seu artigo 5º, §único:

Art.5º As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural (BRASIL, 2006).

Levando em consideração a ânsia de incentivar e proporcionar cada vez mais o desenvolvimento local, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, ao implantar a educação de jovens e adultos nos seus *campi* buscou alinhar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes à realidade e à economia local de cada região. O campus de Natal Zona Norte, por exemplo, foi um dos pioneiros na oferta do PROEJA, sendo informática o curso ofertado no mencionado campus. Assim como o campus da Zona Norte, outros três *campi* ofereceram o programa, cada um com cursos voltados para atender aos interesses locais, foram eles: Ipangaçu – com o curso de técnico em agroecologia; Currais Novos – com o curso de técnico de alimentos e Mossoró com o curso de edificações.

Com o decorrer dos anos, outros *campi* da Rede Federal de ensino do Estado do Rio Grande do Norte ofertaram o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, levando sempre em consideração a função precípua do programa e a busca em fomentar, com a oferta de qualificação de jovens e adultos, o desenvolvimento da economia local. Cumpre mencionar que dos vinte *campi*

existentes no IFRN atualmente, o PROEJA já foi ofertado em quase todos, excetuando o campus Natal Central, que nunca ofereceu o programa.

Segundo Baracho, Henrique e Moura (2013), um dos desafios do PROEJA é o de formar e qualificar jovens e adultos trabalhadores para os diversos setores da economia em conformidade com as demandas do desenvolvimento local, além de garantir-lhes uma efetiva incorporação à sociedade.

#### **4. Declínio do PROEJA**

Apesar do PROEJA ter como finalidade, segundo seu documento base, a propositura de uma sociedade mais igualitária, à medida que tem como precípua função a tentativa de reparar uma ausência estatal para com aqueles que por diversos motivos não concluíram ou não tiveram acesso à escola na idade regular, o programa, ainda que nobre na sua função, não se tornou uma política pública perene como muitos almejavam. A empolgação inicial foi perdendo fôlego e se tornou um sopro em meio a diversos outros programas de Governo, transformando o PROEJA em um programa residual dentro do IFRN, tendo em vista que atualmente, no ano de 2018, dos 20 *campi* do Instituto Federal no Rio Grande do Norte, apenas os *campi* de Mossoró, Ipanguaçu, Santa Cruz e Natal Zona Norte oferecem turmas do PROEJA.

Diversos foram os motivos que impediram o mencionado programa de se solidificar e se transformar em uma política pública, porém, uma razão se destaca dentre todas: o interesse das classes dominantes, detentoras do capitalismo, em manter a desigualdade social, tendo em vista que o capital se nutre dessa desigualdade. Vale ressaltar que a formação humana integral foi uma das perspectivas anunciadas pelo PROEJA, o que é contrário aos interesses do mundo capitalista da atualidade, pois, só a educação integral do homem é capaz de proporcionar a verdadeira emancipação do indivíduo. A formação humana integral, de acordo com Ivo Tonet (2006), deve ser alcançada, pois torna os:

Indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas (TONET, 2006, p.15).

Portanto, a verdadeira implantação da formação humana integral, seja essa formação proposta pelo PROEJA ou por qualquer outro programa, sempre vai contrariar os interesses do capitalismo, o qual se encarrega de dificultar sua real efetivação, tendo em vista que o modelo de sociedade hodierno é diametralmente incompatível com a formação integral do ser humano, com o pleno acesso aos bens materiais e espirituais que compõem o patrimônio da humanidade. Tendo em vista o esforço do capital em boicotar a formação integral do homem, se percebem diversas atitudes do sistema que contribuem para a não efetivação do referido programa como política de governo, à medida que diversas ações ou mesmo omissões dos detentores do poder, criam entraves que dificultam a existência do programa ou obstaculizam a continuação do mesmo.

A ausência de interesse da classe dominante em fomentar prospectos que contribuam para a formação ontológica do homem, impacta de diversas maneiras na não efetivação de programas como o PROEJA. Portanto, além do motivo acima exposto, outras razões contribuíram diretamente para o declínio do PROEJA, como: a inexistência de políticas públicas de formação de professores para atuar no Programa, o que ocasiona a falta de contingente de docentes com formação adequada para promover ações no PROEJA; os problemas estruturais e a ausência de condições adequadas de trabalho; a insegurança com relação aos investimentos do governo federal, que ora incentiva esse Programa, ora potencializa outros cursos de formação mais instrumental; o alto índice de evasão por parte dos discentes e, por fim, a desvalorização advinda de alguns professores que vêm na ausência de motivação dos alunos a principal razão para a não efetivação do PROEJA.

Outro motivo que contribuiu para o declínio do PROEJA, foi a criação de novos programas de Governo como o Pronatec, que também é destinado a jovens e adultos, com intuito de possibilitar uma melhor empregabilidade. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Tendo em vista o seu caráter mais rápido, o Pronatec tem atraído os jovens e adultos que trabalham e estudam, tendo em vista a possibilidade de

terminar os cursos em menor lapso temporal. De acordo com o art.5º, §1º da Lei 12.513:

Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e

§ 1º Os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas (BRASIL, 2011).

Percebe-se que diversos foram os motivos que ocasionaram o declínio do PROEJA, segundo Baracho e Silva (2007), os desafios são uma realidade para a adoção da política do PROEJA:

No campo político, o enfrentamento é com a vivência social do aluno trabalhador. Para se elevar a escolaridade de jovens e adultos trabalhadores e ao mesmo tempo oferecer processos de formação continuada de qualificação e requalificação profissional. [...] Outro desafio é a falta de preparo dos docentes nas instituições que vão oferecer o PROEJA. [...] As experiências vivenciadas no âmbito dessa possibilidade têm demonstrado grandes dificuldades no tocante à estabilidade e manutenção financeira para o desenvolvimento das atividades educativas (BARACHO; SILVA, 2007, p. 53-54).

O programa em análise, apesar da sua importância, vem enfrentando diversas dificuldades que impedem sua solidificação como política pública, as razões são múltiplas, porém o motivo precípua, do qual decorrem todos os demais, é o interesse do capitalismo. O PROEJA busca formar o homem não apenas para o trabalho, mas também procura conscientizá-lo de uma forma geral, o que preocupa e vai de encontro com os interesses do capital. Por isso, o estado de resistência do PROEJA vai perdurar enquanto o Governo não deixar de defender os interesses da classe dominante e passar a transformar as políticas educacionais, tão necessárias e importantes para o nosso País, em políticas públicas perenes e definitivas.

## **5. Estado da arte**

Na produção de um estado da arte acerca das pesquisas acadêmicas sobre a implantação e declínio do PROEJA no IFRN, foi analisado o catálogo de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), levando em consideração como lapso temporal da pesquisa, o ano de

2016 até meados de 2018. A busca foi realizada no dia 1º de agosto de 2018 e teve os seguintes resultados: foram encontrados 87 teses e dissertações no total, sendo 62 teses e 24 dissertações relacionadas com o conector “PROEJA”, 1 dissertação em resposta ao conector “PROEJA implantação”, e nenhuma tese nem dissertação relativos ao conector “PROEJA declínio”. O auge das publicações ocorreu em 2016, com 45 resultados. O grande número de trabalho no mencionado ano, pode ser atribuído aos dez anos de existência do Decreto 5.840/2006, o qual instituiu o programa.

Com relação ao conector “PROEJA”, obtivemos um número maior de resultados, as pesquisas eram relacionadas com vários temas que envolvem o programa, com o maior quantitativo de trabalhos abordando questões como: aprendizagem no PROEJA; currículo no PROEJA; políticas públicas no PROEJA; professor no PROEJA; evasão no PROEJA; PROEJA nos Institutos Federais, dentre outras.

Apesar de um quantitativo considerável acerca da temática mencionada acima, poucos trabalhos contribuíram para o artigo em análise, à medida que utilizamos apenas dois para nortear nossa pesquisa. O primeiro foi a dissertação que tem como título: “Política Pública PROEJA no IFBA campus santo amaro (BA): (des)caminhos, contradições e consequências”, autora Tania Maria Dantas Flores. A despeito do estudo tratar especificamente do PROEJA no IFBA, ele aborda a história da educação de jovens e adultos no Brasil, como também analisou se o PROEJA é ou não uma política publica inclusiva, o que foi enriquecedor para a nossa pesquisa. O outro trabalho analisado foi a tese de Cicera Romana Cardoso, que tem como título: “Obstáculos materiais e simbólicos da desistência de estudantes/PROEJA/IFRN - campus Natal zona norte: um estudo à luz da teoria das representações sociais e da praxiologia de pierre bourdieu”. Essa tese contribuiu para nosso estudo, pois faz uma abordagem histórica do IFRN e analisa o PROEJA a partir do decreto 5.840/06.

Já o único trabalho encontrado em resposta ao conector “PROEJA implantação”, foi uma dissertação no ano de 2017, intitulada “Entre o prescrito e o vivido: o PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus de Formosa (2010-2015)”, da autora Roberta Gama Brito, a qual apesar de fiel à realidade do tema abordado, não contribuiu para o artigo em análise.

Com a pesquisa realizada no catálogo de teses e dissertações da Capes, se percebe que apesar de existir um número razoável de pesquisas que envolvem o tema PROEJA, ainda é escasso o número de estudo sobre a implantação e o declínio do programa, seja a análise feita em sede local, regional ou mesmo nacional.

## **6. Conclusões**

Diante do exposto, percebemos que o PROEJA é um programa educacional com grande importância, o qual tem como função precípua oferecer para aqueles que não concluíram, ou sequer frequentaram a escola, na época ou mesmo na idade dita “regular”, cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional. Apesar da sua relevância como programa inclusivo, o PROEJA não se consolidou como política pública.

Verificamos com o nosso estudo que o programa foi instituído pelo Governo Federal e recebido pelas Instituições com empolgação, porém o entusiasmo inicial não foi capaz de transformar o PROEJA em um programa de governo perene e consolidado. Muitas foram as razões que contribuíram para o declínio do PROEJA, como: a inexistência de políticas públicas de formação de professores para agir no Programa; os problemas estruturais e a ausência de condições adequadas de trabalho; a insegurança com relação aos investimentos do Governo Federal; o alto índice de evasão por parte dos discentes e a desvalorização do Programa promovida por alguns professores. Porém, além dessas razões, existe uma que se destaca e que foi primordial para a transformação do PROEJA em um programa residual, o interesse das classes dominantes detentoras do capitalismo em manter a desigualdade social, tendo em vista que o capital se nutre dessa desigualdade.

Assim, entendemos que o caminho é longo para se chegar a solidificação do Programa, porém, ele existe ainda e as Instituições juntamente com os cidadãos devem buscar a transformação do mesmo em política pública, tendo em vista a sua nobre função e a sua inegável contribuição para a educação do país.

Portanto, a presente pesquisa propõe que sejam desenvolvidas novas pesquisas sobre a implantação do PROEJA, bem como seu declínio, tendo em vista que analisando o catálogo de teses e dissertações da Capes, foi possível perceber a necessidade de novos estudos acerca do tema.

## Referências

BARACHO, Maria das Graças; SILVA, Amélia Cristina Reis e. **Formação de educadores para o PROEJA**: intervir para integrar. Natal: Editora CEFET-RN, 2007.

BARACHO, Maria das Graças; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; MOURA, Dante Henrique. **Teoria e Prática no PROEJA**: vozes que se completam. Natal: Editora IFRN, 2013.

BARACHO, Maria das Graças; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; CARVAHO NETO, Eulália Raquel Gusmão de. A prática pedagógica no PROEJA: quando a escola abre espaços para atender às singularidades do estudante. In: MOURA, Dante Henrique (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de junho de 2005. Seção 1, p. 4.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.840, de 23 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de julho de 2006. Seção 1, p. 7.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC); altera as Leis nº7.998 de 11 de janeiro de 1990, que regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial e institui o fundo de amparo ao trabalhador (fat), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o programa nacional de inclusão de jovens (Projovem); e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de outubro de 2011. Seção 1, p. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucited Editora, 2014.



RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Ideação**, Foz de Iguaçu, v. 8. n. 9, p. 9-32, jul./dez. 2006.